

GESTÃO DE FINANÇAS PESSOAIS: AVALIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO SOCIAL FOCADA NO PROGRAMA AUXÍLIO EMERGENCIAL DURANTE A PANDEMIA

José Erlandes Amorim Tavares¹

Mário César Sousa de Oliveira²

RESUMO: Esse estudo constitui um olhar crítico e sincero sobre as abordagens e estratégias de atendimento prestadas pelos departamentos integrantes do sistema financeiro nacional, em especial os bancos, visando desmistificar a forma de gerenciamento de recursos em período tão sensível e trazer à tona a importância da contabilidade na gestão de um risco não diversificável de tamanha magnitude, a participação dessa didática garantiu que muitas instituições se mantivessem firmes e pudessem efetuar a distribuição de renda de maneira eficiente e tempestiva, e pessoas com suas finanças saudáveis, apesar das adversidades, veremos a importância da correta gestão de recursos pessoais a fim de desenvolver uma subsistência digna, apesar do período tão delicado. O objetivo matriz é perceber os impactos financeiros da pandemia nesse meio específico, explorando as dinâmicas de endividamento, suas causas, consequências e possíveis estratégias de mitigação. Ao explorar a interseção entre a administração financeira individual e os programas sociais, notadamente em tempos de desequilíbrio, busca-se dar uma clareza valiosa para políticas públicas e práticas de administração financeira que possam auxiliar a defrontar os desafios econômicos enfrentados por indivíduos e famílias vulneráveis durante a pandemia. 2070

Palavras-chave: Auxílio emergencial. Pandemia. Finanças pessoais.

INTRODUÇÃO

A gestão de recursos pessoais é uma ferramenta de extrema importância no desenvolvimento socioeconômico, notadamente em períodos de desequilíbrio econômico como por exemplo o período da pandemia que assolou o mundo inteiro com uma grande calamidade e se deu início em março de 2020 de acordo com a OMS. Dentro deste cenário desafiador, a capacidade de gerir recursos de maneira inteligente se tornou mecanismo fundamental para a sobrevivência, especialmente entre os beneficiários do Auxílio Emergencial. Este trabalho propõe uma decomposição detalhada do endividamento social, concentrando-se na população que fez parte do programa Auxílio Emergencial, que se iniciou em abril de 2020, durante o ciclo pandêmico.

¹Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

²Graduado em Contabilidade (UERN); Especialização em Contabilidade Gerencial (UERN); Mestre em Gestão Pública (UFPE); Doutor em Políticas Públicas (UNIMA).

De acordo com informações constadas no sitio eletrônico do Ministério da cidadania, “O Auxílio Emergencial é um benefício financeiro concedido pelo Governo Federal e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus - COVID 19, em conformidade com a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. ”

O objetivo matriz é perceber os impactos financeiros da pandemia nesse meio específico, explorando as dinâmicas de endividamento, suas causas, consequências e possíveis estratégias de mitigação. Ao explorar a interseção entre a administração financeira individual e os programas sociais, notadamente em tempos de desequilíbrio, busca-se dar uma clareza valiosa para políticas públicas e práticas de administração financeira que possam auxiliar a defrontar os desafios econômicos enfrentados por indivíduos e famílias vulneráveis durante a pandemia.

Esse estudo constitui um olhar crítico e sincero sobre as abordagens e estratégias de atendimento prestadas pelos departamentos integrantes do sistema financeiro nacional, em especial os bancos, visando desmistificar a forma de gerenciamento de recursos em período tão sensível e trazer à tona a importância da contabilidade na gestão de um risco não diversificável de tamanha magnitude, a participação dessa didática garantiu que muitas instituições se mantivessem firmes e pudessem efetuar a distribuição de renda de maneira eficiente e tempestiva, e pessoas com o suas 2071
finanças saudáveis, apesar das adversidades, veremos a importância da correta gestão de recursos pessoais a fim de desenvolver uma subsistência digna, apesar do período tão delicado.

O período em que se instalou a pandemia gerou muito medo e receio na população mundial, houve também um abalo significativo no que se diz respeito a incerteza na tomada de decisão, fazendo com que a população necessitasse de atendimento no setor bancário visando a aquisição de recursos, tanto por parte de benefícios sociais quanto pela aquisição de crédito via empréstimo pessoal. Nesse período tão complexo, os bancos estavam a atender os chamados “serviços essenciais”; as instituições teoricamente só poderiam fornecer tipos de atendimento que estivessem elencados no rol exaustivo considerados essenciais, plausível afirmar que atendimentos que visassem captação de recursos - via oferecimento de produtos - cobranças ou até mesmo distribuição de renda por parte de crédito pessoais ou vinculados à alguma remuneração mensal esteve fora de cogitação, porém não por todo o período.

Apesar de tantas dificuldades, restrições e acima de tudo... medo, esse segmento se manteve na medida do possível estável e prosperando, a distribuição de renda ocorreu, nesse período de

calamidade no qual se teve grande pavor social, de certa forma organizada e sempre visando atender a população mais carente.

O estudo em questão também brevemente versará sobre o mercado financeiro de forma nacional, no que se diz respeito a distribuição de renda advindas de políticas públicas de inclusão social, durante o período em que se instalou a COVID-19, diante da impossibilidade de dar continuidade em diversos ramos das profissões conhecidas, observou-se que uma grande parte da população não poderia se prover de sustento com recursos próprios, já que tais meios foram momentaneamente impossibilitados; diante disso houve uma alteração significativa em alguns benefícios sociais, dentre eles o que mais se pôs em evidencia foi o Auxílio Emergencial, que foi um benefício financeiro criado para garantir renda mínima aos brasileiros em situação vulnerável durante a pandemia.

Apesar dos meios tecnológico, hoje tão sofisticados e eficientes, grande parte dos beneficiários ainda não gozavam de conhecimento tecnológico, este necessário para utilização e direcionamento dos recursos advindos do Auxílio Emergencial, sendo assim, a responsabilidade para propagar a distribuição de tais recursos recaiu sobre a instituições financeiras, em especial a Caixa Econômica Federal, com a esmagadora maior parte dessa responsabilidade pode-se observar que seus departamentos estavam sempre cheios e “os seus cofres vazios”.

2072

A escolha do setor para tal distribuição justifica-se, pois, os serviços prestados são de total relevância para a economia, e uma ferramenta inenarrável para sua gestão, tendo um impacto muito profundo para todo o sistema. Existem diversos estudos que versam sobre a implementação do Auxílio Emergencial, como por exemplo o estudo de Marcos Paulo e Rogério Jerônimo, que analisam os impactos socioeconômicos do auxílio no Brasil. Em seu trabalho, eles avaliam como o Auxílio Emergencial influenciou a renda das famílias, a pobreza e a desigualdade durante a pandemia de COVID-19. Outro exemplo é o estudo de Marcelo Medeiros e Pedro H. G. Ferreira, que examina a eficácia das transferências de renda em contextos de crise, destacando as medidas adotadas pelo governo brasileiro e seus efeitos na mitigação da pobreza extrema. Ambos os estudos contribuem para uma compreensão mais aprofundada das políticas públicas de assistência social em tempos de emergência e seus efeitos na economia e no bem-estar da população.

Além destes, existem diversos outros estudos que versam sobre a implementação do Auxílio Emergencial, como por exemplo o estudo de Almeida e Silva (2021), que analisa os impactos socioeconômicos do programa durante a pandemia de COVID-19. Este estudo destaca como o

Auxílio Emergencial foi crucial para mitigar os efeitos da crise econômica nas camadas mais vulneráveis da população brasileira, garantindo uma renda mínima e ajudando a sustentar o consumo das famílias. Outro exemplo é o trabalho de Carvalho e Souza (2022), que examina a eficiência do auxílio na redução da pobreza e desigualdade social, utilizando dados empíricos para avaliar a distribuição dos recursos e seus efeitos a curto e longo prazo. Estes estudos contribuem para a compreensão da importância de políticas de transferência de renda em momentos de crise e oferecem uma percepção adequada para a formulação de políticas públicas futuras.

A identificação do público alvo para distribuição de renda é crucial para verdadeira eficácia e atendimento a função social designada por parte do benefício, existem algumas categorias de foco como por exemplo, inscritos no cadastro único; contribuintes da previdência social; os microempreendedores individuais, dentre outros. Trarei uma análise aprofundada sobre a eficácia do Auxílio Emergencial do que trata a gestão de recursos pessoais durante o período da pandemia, explicitando termos e momento importantes e marcantes desse período.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação Financeira

Segundo Peretti (2007), os hábitos culturais tornaram a educação financeira um tabu, algo a ser desmistificado. O objetivo da educação financeira deve ser o de criar uma mentalidade adequada e saudável em relação ao dinheiro, na qual exige uma perspectiva de longo prazo, muito treino e persistência (D'AQUINO, 2013). Entende-se que a educação financeira conduz a um planejamento eficaz, do qual o controle financeiro favorece a qualidade de vida pelo uso consciente do dinheiro. A educação financeira é fundamental para capacitar indivíduos a tomar decisões informadas e responsáveis sobre suas finanças pessoais.

Envolve o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e comportamentos relacionados ao planejamento financeiro, orçamento, poupança, investimento, gestão de dívidas e proteção contra riscos financeiros. A educação financeira é essencial para promover a autonomia financeira, a segurança econômica e o bem-estar das pessoas. Esses impactos econômicos foram o cenário no qual se inseriu o Programa Auxílio Emergencial, refletindo a necessidade urgente de medidas governamentais para enfrentar as consequências financeiras da pandemia, o que mostra uma real necessidade da aplicação de uma gestão financeira pessoal eficiente.

2073

A gestão de finanças pessoais refere-se ao processo de administrar os recursos financeiros de uma pessoa de forma eficaz, incluindo o planejamento, o controle e a tomada de decisões relacionadas ao dinheiro. É fundamental para garantir a estabilidade financeira, o bem-estar e a realização de objetivos financeiros a curto e longo prazo. Envolve a elaboração de um orçamento, o controle de gastos, o planejamento para emergências, o investimento e a gestão de dívidas, no entanto, quando as famílias enfrentam dificuldades financeiras, podem recorrer ao endividamento social.

A educação financeira é fundamental para capacitar indivíduos a tomar decisões informadas e responsáveis sobre suas finanças pessoais. Envolve o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e comportamentos relacionados ao planejamento financeiro, orçamento, poupança, investimento, gestão de dívidas e proteção contra riscos financeiros. A educação financeira é essencial para promover a autonomia financeira, a segurança econômica e o bem-estar das pessoas. O cenário de calamidade supracitada, período pandêmico, que teve grandes impactos econômicos foi o cenário no qual se inseriu o Programa Auxílio Emergencial, refletindo a necessidade urgente de medidas governamentais para enfrentar as consequências financeiras da pandemia, o que mostra uma real necessidade da aplicação de uma gestão financeira pessoal eficiente.

O Programa Auxílio Emergencial, implementado durante a pandemia de COVID-19 pelo governo brasileiro, foi uma resposta imediata à crise econômica e social que se abateu sobre o país. Este programa teve como objetivo principal fornecer suporte financeiro temporário aos cidadãos mais vulneráveis, garantindo um mínimo de renda para aqueles que perderam suas fontes de sustento devido às restrições impostas pela pandemia. A distribuição do auxílio emergencial revelou a fragilidade de muitas famílias brasileiras em termos de planejamento e gestão financeira, destacando a importância da educação financeira para enfrentar situações adversas.

Portanto, a interseção entre educação financeira e o Programa Auxílio Emergencial evidencia a necessidade de uma sólida base de conhecimentos financeiros para que os indivíduos possam lidar de forma mais eficaz com crises econômicas. A pandemia ressaltou a urgência de iniciativas que promovam a educação financeira, permitindo que as pessoas administrem melhor seus recursos, reduzam sua vulnerabilidade financeira e estejam mais preparadas para futuros desafios econômicos.

2074

2.2 Endividamento Social

O endividamento social é uma condição em que um indivíduo ou uma família acumula dívidas em relação à sociedade em geral, como instituições financeiras, empresas de serviços públicos e credores diversos. Houve aumento de desemprego sem precedentes em 2020, de modo que a perda de emprego global atingiu a marca de 114 milhões (cerca de 50% do total de horas-trabalho do mundo) em relação ao ano anterior (ILO, 2021).

Reflete a incapacidade de uma pessoa ou família de honrar seus compromissos financeiros devido a uma série de fatores, dentre os quais o desemprego que se mostrou alarmante nesse período, baixa renda, falta de educação financeira e circunstâncias econômicas adversas. O endividamento social pode resultar em dificuldades financeiras, estresse emocional e impactos negativos na qualidade de vida, durante a pandemia da COVID-19, muitas famílias foram impactadas pelos efeitos econômicos, como desemprego e redução de renda. Diante desses desafios, o Governo Federal implementou o Programa Auxílio Emergencial para fornecer assistência financeira direta às camadas mais vulneráveis da população. A pandemia da COVID-19 teve impactos econômicos profundos e abrangentes em escala global. As medidas de distanciamento social e as restrições impostas para conter a disseminação do vírus levaram ao fechamento de empresas, interrupções na cadeia de suprimentos e uma significativa redução na atividade econômica. O aumento do desemprego foi um dos efeitos mais graves, com milhões de pessoas perdendo suas fontes de renda. A perda de empregos e a redução de renda agravaram a insegurança financeira e contribuíram para o aumento do endividamento social. A pandemia destacou a vulnerabilidade econômica de muitas famílias e a importância de políticas públicas eficazes para fornecer suporte em tempos de crise. 2075

O Programa Auxílio Emergencial, embora crucial, evidenciou a necessidade de uma abordagem mais robusta e integrada para lidar com crises econômicas e sociais. A interseção entre educação financeira, endividamento social e os impactos econômicos da pandemia mostra que, além de medidas emergenciais, é fundamental investir em estratégias de longo prazo para promover a resiliência financeira da população. Isso inclui melhorar a educação financeira, criar redes de segurança social mais fortes e desenvolver políticas que incentivem a estabilidade econômica e o bem-estar social.

O Programa Auxílio Emergencial, o endividamento social e os impactos econômicos da pandemia ressaltam a necessidade de uma abordagem multifacetada para enfrentar crises econômicas. É essencial que os indivíduos sejam capacitados a gerenciar suas finanças pessoais de

forma eficaz, que haja apoio governamental em tempos de necessidade e que se implementem políticas que promovam a estabilidade e a segurança econômica a longo prazo.

2.3 Programa Auxílio Emergencial

De acordo com informação divulgada pelo Governo Federal: “O Auxílio Emergencial é um benefício financeiro destinado a trabalhadores informais, Microempreendedores Individuais (MEI), autônomos e desempregados, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus - COVID 19”. Foi implementado como uma medida de emergência para mitigar os impactos econômicos da crise sanitária sobre as camadas mais vulneráveis da população, proporcionando um auxílio financeiro mensal por um período determinado. O período em que compreende a pandemia foi de grande crise e calamidade para toda a população mundial, trazendo consigo diversos impactos financeiros e sociais.

Essa ação emergencial foi uma resposta direta aos desafios econômicos impostos pela pandemia, visando aliviar o sofrimento financeiro das famílias brasileiras mais afetadas.

Apesar do apoio fornecido pelo Programa Auxílio Emergencial, muitas famílias brasileiras ainda enfrentaram dificuldades financeiras significativas, levando ao endividamento social. O endividamento social refere-se ao aumento das dívidas contraídas por indivíduos e famílias, frequentemente resultante da falta de recursos suficientes para cobrir necessidades básicas e emergências financeiras. Durante a pandemia, a incapacidade de muitas famílias de gerenciar eficazmente seus recursos financeiros evidenciou a fragilidade econômica de grande parte da população, destacando a importância da educação financeira.

O Programa Auxílio Emergencial e o endividamento social sublinham a necessidade de uma sólida base de conhecimentos financeiros para que os indivíduos possam lidar de forma mais eficaz com crises econômicas. A pandemia ressaltou a urgência de iniciativas que promovam a educação financeira, permitindo que as pessoas administrem melhor seus recursos, reduzam sua vulnerabilidade financeira e estejam mais preparadas para futuros desafios econômicos. Além disso, a gestão eficaz de finanças pessoais e a criação de políticas públicas de suporte contínuo são essenciais para mitigar o risco de endividamento social e promover uma maior estabilidade econômica e social.

2076

2.4 Pandemia da COVID-19 e Impactos Econômicos

A pandemia da COVID-19, causada pelo corona vírus SARS-CoV-2, provocou uma crise sanitária global sem precedentes, com impactos significativos na saúde pública, na economia e na sociedade. As medidas de distanciamento social e as restrições à circulação adotadas para conter a propagação do vírus resultaram em interrupções nas atividades econômicas, aumento do desemprego, redução da renda e desafios financeiros para milhões de pessoas em todo o mundo.

BR/JUN 2021 • FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, a Covid-19 trouxe grandes desafios às empresas. Temas como a saúde e a segurança dos trabalhadores, o papel das lideranças e as relações com consumidores ganharam destaque, reforçando a importância da gestão de aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) para uma gestão de riscos mais robusta contra eventos similares daqui por diante. Além da grande importância de se debater sobre aspectos supracitados, é de suma importância tratar sobre a educação financeira da população, tão importante mecanismo de combate às crises imprevistas. Durante a pandemia da COVID-19, a necessidade de estratégias de gestão financeira eficazes tornou-se mais evidente do que nunca. A interrupção das atividades econômicas e o aumento do desemprego criaram um cenário onde a gestão prudente dos recursos financeiros se tornou crucial para a sobrevivência econômica de indivíduos e famílias.

2077

As estratégias de gestão financeira implementadas durante esse período incluíram a criação de orçamentos mais rigorosos, a priorização de despesas essenciais, a busca por fontes alternativas de renda e a renegociação de dívidas. A educação financeira desempenhou um papel vital, ajudando as pessoas a tomar decisões informadas sobre como gerenciar seu dinheiro em tempos de crise. A pandemia da COVID-19, seus impactos econômicos e as estratégias de gestão financeira durante esse período destaca a importância de estar preparado para eventos inesperados. A crise sanitária global sublinhou a necessidade de uma abordagem integrada que envolva a educação financeira, a gestão de riscos e a implementação de políticas públicas que possam fornecer suporte em tempos de necessidade. Empresas e indivíduos tiveram que adaptar suas práticas financeiras para enfrentar os desafios impostos pela pandemia, enfatizando a importância de um planejamento financeiro robusto e flexível.

2.5 Estratégias de Gestão Financeira durante a Pandemia

De acordo com Textos para discussão 301, intervenções públicas na economia podem ser hábeis a gerar efeitos indesejados e falhas de governo, mesmo quando bem-intencionadas. Em um

cenário de crise, medidas apressadas podem agravar o quadro já indesejado, e deixar custosos efeitos em médio e longo prazo, cujo preço é pago pela coletividade. Durante a pandemia da COVID-19, tornou-se ainda mais crucial adotar estratégias eficazes de gestão financeira para enfrentar os desafios econômicos e proteger o patrimônio financeiro. Isso inclui a elaboração de um orçamento realista, a redução de gastos não essenciais, a criação de uma reserva de emergência, a renegociação de dívidas, o uso consciente de linhas de crédito e o aproveitamento de programas de assistência financeira, como o Auxílio Emergencial.

O referencial teórico apresentado oferece uma base conceitual abrangente para compreender os elementos-chave relacionados à gestão de finanças pessoais, endividamento social, Programa Auxílio Emergencial e impactos econômicos da pandemia da COVID-19. Esses conceitos são fundamentais para análise e avaliação do tema proposto, fornecendo uma estrutura teórica sólida para o desenvolvimento do estudo.

2. METODOLOGIA

No que diz respeito ao seu propósito, este estudo se enquadra na categoria de pesquisa descritiva, uma vez que tem como objetivo principal a análise das conexões entre diferentes variáveis (conforme descrito por (GIL, 2008)). Em particular, visa examinar a associação entre a Pandemia de COVID-19 e o endividamento social por parte de beneficiários do Auxílio Emergencial com foco na gestão de finanças pessoais entre março de 2020 a maio de 2023, período em que se deu a pandemia de acordo com dados da OMS, além de destacar a relevância da contabilidade no gerenciamento de finanças em períodos de crise, tal como ocorrido na crise sanitária da pandemia.

De início foram analisados diversos estudos que já tratavam sobre o mesmo tópico afim de maior esclarecimento sobre diversos pontos de vista a respeito desse mesmo tema, foram utilizados diversos meios de propagação da palavra escrita completa de informações valiosas como: livros, artigos científicos, entrevistas com especialistas, publicações em sites de conhecimento científico, trabalhos de conclusão de curso, revistas de economia e finanças. Também foi realizado uma pesquisa documental por meio de canais oficiais dos bancos, tendo como evidencia a Caixa Econômica, em segundo momento foi aplicado um questionário com perguntas fechada à população que reside predominantemente em Santa Rosa, interior de Iguatu-CE, e que foi beneficiada pelo

2078

Auxílio Emergencial nesse período se enquadrando assim como uma pesquisa quantitativa. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Após isso, foram coletados dados, e as demonstrações contábeis que foram cuidadosamente analisadas e ajustadas para garantir a uniformidade. Em um estágio posterior, foram realizados cálculos e interpretações dos indicadores de desempenho, seguindo as diretrizes propostas por RIBEIRO (2017).

Dessa forma, em relação à forma como foi abordada a questão de pesquisa, este estudo se enquadra como quantitativo. É considerado quantitativo devido à sua abordagem estatística e análise de dados conforme explicado por PRODANOV e FREITAS (2013).

3. RESULTADO

Tabela 1 – Gênero dos beneficiados do Auxílio Emergencial.

Gênero	Porcentagem
Masculino	17%
Feminino	83%

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

Tabela 2 – Fixa Etária

Faixa Etária	Porcentagem
Menos de 18	4%
15-24 anos	36%
41-60 anos	51%

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

Tabela 3 – Estado Civil

Estado Civil	Porcentagem
Solteiro (a)	18%
Casado (a)	53%
Separado (a)	29%

Fonte: Dados da pesquisa, 202

Tabela 4 – Escolaridade

Escolaridade	Porcentagem
Ensino Fundamental	75%
Ensino Médio	23%
Ensino Superior	2%

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

Tabela 5 – Situação profissional

Situação profissional	Porcentagem
Emprego formal	15%
Trabalho informal	19%
Desempregado	53%
Autônomo	13%

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

Tabela 6 – Como foi utilizado o Auxílio Emergencial

Como utilizou o Auxílio Emergencial	Porcentagem
Pagar contas básicas	19%
Alimentos essenciais	53%
Dívidas pendentes	21%
Outras despesas	7%

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

Os dados indicam que o Auxílio Emergencial foi crucial para ajudar as famílias a suprir suas necessidades básicas durante a pandemia. No entanto, a predominância dos gastos em alimentos e dívidas sugere que as famílias estavam em uma situação financeira precária, utilizando o auxílio principalmente para sobrevivência imediata e gestão de dívidas o que mostra uma falta de consciência na utilização ou programação para manuseio de recursos financeiros. A necessidade de pagar dívidas e contas básicas aponta para a importância de programas de educação financeira. Tais programas podem ajudar as famílias a gerenciar melhor seus recursos, planejar despesas e evitar o endividamento excessivo. A utilização do Auxílio Emergencial para necessidades básicas indica que a ajuda financeira deve ser contínua e adequada à realidade econômica das famílias. Políticas

de suporte econômico a longo prazo são necessárias para promover a resiliência financeira e evitar que as famílias caiam em ciclos de pobreza e endividamento.

A análise da utilização do Auxílio Emergencial revela que as famílias priorizaram alimentos essenciais e pagamento de dívidas e contas básicas. Esses dados destacam a importância de políticas públicas que não apenas forneçam assistência financeira imediata, mas também abordem a educação financeira. A continuidade e expansão de tal programa é essencial para promover a estabilidade econômica e o bem-estar das famílias em tempos de crise.

A análise da percepção dos beneficiários sobre o impacto do Auxílio Emergencial revela informações significativas sobre a efetividade desse programa em mitigar os efeitos da crise econômica causada pela pandemia de COVID-19. A tabela a seguir resume a distribuição das respostas:

Tabela 7 – A diferença financeira que fez o Auxílio Emergencial

O Auxílio Emergencial fez diferença financeiramente?	Porcentagem
Sim, melhorou muito	89%
Não, não fez diferença	2%
Sim, melhorou pouco	9%

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

Os dados revelam que o Auxílio Emergencial foi um instrumento vital para a maioria das famílias durante a pandemia. A percepção positiva do impacto financeiro do auxílio sublinha a importância de políticas públicas de suporte econômico em tempos de crise. A análise mostra que o Auxílio Emergencial teve um impacto financeiro significativo para a maioria das famílias beneficiárias, melhorando muito a situação de 89% dos entrevistados. Este resultado destaca a eficácia do programa como uma resposta emergencial à crise econômica provocada pela pandemia.

Tabela 8 – Dificuldades em gerir recursos financeiros durante a pandemia

Você sentiu dificuldade em gerir suas finanças no período da pandemia?	Porcentagem
Sim, muita dificuldade	64%
Sim, alguma dificuldade	23%
Não, nenhuma dificuldade	13%

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

A Tabela 8 fornece uma visão sobre as dificuldades enfrentadas pelos indivíduos ao gerenciar seus recursos financeiros durante a pandemia de COVID-19. Os dados apresentados refletem a percepção dos entrevistados sobre a complexidade de manter a estabilidade financeira em um período de crise econômica e sanitária sem precedentes.

Os dados da Tabela 8 revelam que a pandemia exacerbou as dificuldades financeiras para a maioria dos indivíduos, com 87% relatando algum nível de dificuldade na gestão de suas finanças. Esta situação demonstra a necessidade urgente de políticas e programas de suporte financeiro que possam ajudar as famílias a navegar por crises econômicas.

A gestão financeira durante a pandemia foi um desafio significativo para a maioria dos entrevistados. Com 64% enfrentando muita dificuldade e 23% alguma dificuldade, fica evidente que a crise econômica causada pela COVID-19 teve um impacto profundo nas finanças das famílias. As políticas públicas devem se concentrar em fornecer suporte financeiro imediato, promover a educação financeira e oferecer assistência psicossocial para fortalecer a resiliência financeira das famílias e ajudá-las a se recuperar e prosperar após a crise.

Tabela 9 – Novas dívidas advindas do período pandêmico

Você contraiu novas dívidas decorrentes da pandemia? Além das que já tinha.	Porcentagem
Sim	96%
Não	4%

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

A maioria das pessoas contraiu novas dívidas devido à pandemia, o que é compreensível considerando os desafios econômicos que muitos enfrentaram. É importante gerenciar essas dívidas da melhor maneira possível, procurando opções de pagamento flexíveis e buscando orientação financeira, medida que se mostra essencial para mitigar tamanhos estragos que uma situação de crise como esta pode e acaba trazendo para a população.

Tabela 10 – Procura por orientação financeira durante a pandemia do COVID-19

Buscou orientação financeira durante a pandemia?	Porcentagem
Buscou orientação	34%
Não buscou orientação	66%

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

Os resultados sugerem que, embora uma parcela considerável da população reconheça a importância da orientação financeira durante a pandemia, ainda há barreiras significativas que impedem muitos de buscar assistência. A falta de recursos financeiros e a desconfiança em relação aos serviços de consultoria financeira podem ser obstáculos importantes a serem superados. Além disso, a educação financeira pode desempenhar um papel crucial em capacitar as pessoas a gerenciar suas finanças de forma autônoma, reduzindo assim a dependência de consultores externos.

Em tempos de crise econômica, a busca por orientação financeira pode ser uma ferramenta vital para garantir a estabilidade financeira e o bem-estar pessoal. Investimentos contínuos em educação financeira podem capacitar as pessoas a tomar decisões mais informadas sobre suas finanças, fortalecendo assim a resiliência financeira da sociedade como um todo.

Tabela 11 – Meios acessados para buscar orientação financeira em período de pandemia

Meios utilizados para orientação financeira	Porcentagem
Consultoria financeira profissional	4%
Orientação de instituições financeiras	7%
Aplicativos ou ferramentas de gestão financeira	15%
Orientação e amigos ou familiares	74%

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

A predominância da orientação por amigos ou familiares sugere que as relações pessoais desempenham um papel central na busca por assistência financeira durante períodos de crise. Isso pode ser atribuído à confiança nas pessoas próximas e à acessibilidade desses recursos. Por outro lado, a baixa utilização de consultoria financeira profissional e orientação de instituições financeiras pode ser resultado de barreiras financeiras, falta de conhecimento sobre esses serviços ou preferência por fontes de informação mais próximas e acessíveis.

A análise dos meios utilizados para buscar orientação financeira durante a pandemia destaca a importância das redes sociais e familiares como fontes primárias de suporte financeiro. No entanto, é essencial reconhecer que diferentes indivíduos têm diferentes necessidades e preferências quando se trata de orientação financeira. Portanto, uma abordagem multifacetada que combine recursos pessoais com serviços profissionais pode ser necessária para atender às diversas necessidades da população em tempos de crise econômica.

A crise desencadeada pela pandemia de COVID-19 gerou uma série de desafios financeiros para indivíduos e famílias em todo o mundo. Este questionário tem como objetivo analisar a persistência do endividamento pós-crise, examinando o grau de endividamento percebido pelos participantes em relação à sua situação financeira atual.

Tabela 12 – Permanência do endividamento pós-crise

Considerando sua situação financeira atual, você se considera endividado?	Porcentagem
Sim, muito endividado	68%
Sim, moderadamente endividado	27%
Não, estou com finanças equilibradas	5%

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

A alta proporção de participantes que se consideram "muito endividados" sugere que a crise teve um impacto significativo e duradouro nas finanças pessoais. Isso pode ser atribuído a uma variedade de fatores, incluindo perda de emprego, redução de renda, aumento dos custos de vida e acúmulo de dívidas durante a crise. A persistência do endividamento pós-crise pode representar um obstáculo significativo para a recuperação econômica, uma vez que o endividamento excessivo pode dificultar o acesso a crédito futuro e limitar as opções de consumo e investimento. A análise da permanência do endividamento pós-crise destaca a necessidade urgente de medidas para aliviar o fardo financeiro sobre os indivíduos e famílias afetadas. Isso pode incluir programas de assistência financeira, políticas de alívio da dívida, educação financeira que pode mitigar consideravelmente os impactos de uma crise como a ocorrida e oportunidades de emprego para ajudar as pessoas a reconstruir suas finanças e garantir uma recuperação econômica sustentável e inclusiva.

2084

Tabela 13 – Principais fontes de dívida no período pandêmico

Principais fontes de dívida em período de pandemia	Porcentagem
Empréstimos bancários	32%
Financiamentos (casa, carro, etc.)	10%
Cartão de crédito	58%

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

A predominância do cartão de crédito como a principal fonte de dívida durante o período pandêmico pode ser atribuída à sua acessibilidade e conveniência, bem como à necessidade urgente

de muitos indivíduos de financiar despesas cotidianas em meio à crise econômica. Os empréstimos bancários também desempenharam um papel significativo, possivelmente refletindo a necessidade de capital adicional para enfrentar dificuldades financeiras ou para investir em oportunidades emergentes durante a crise. Por outro lado, a menor prevalência de financiamentos sugere que os indivíduos podem ter sido mais cautelosos ao assumir dívidas de longo prazo durante um período de incerteza econômica.

A análise das principais fontes de dívida durante o período pandêmico destaca a importância do cartão de crédito e dos empréstimos bancários como recursos fundamentais para muitos indivíduos durante a crise. No entanto, é crucial reconhecer os riscos associados ao endividamento excessivo e desenvolver estratégias eficazes para gerenciar dívidas de forma responsável e sustentável, garantindo assim a estabilidade financeira a longo prazo.

4. DISCUSSÃO

O presente estudo investigou a gestão de finanças pessoais durante a pandemia de COVID-19, com foco na avaliação do endividamento social, especialmente em relação ao programa de auxílio emergencial. Os resultados obtidos fornecem visões relevantes sobre como diferentes grupos enfrentaram desafios financeiros durante esse período sem precedentes. Inicialmente, é crucial destacar a diferença tão significativa de gênero observada na amostra. Com 83% dos participantes sendo do sexo feminino e apenas 17% do sexo masculino, fica evidente que as mulheres foram mais representativas neste estudo. Isso sugere a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre como as mulheres enfrentaram os impactos financeiros da pandemia, considerando possíveis diferenças nas responsabilidades financeiras e nas estratégias de gestão de recursos.

2085

Ao examinar a distribuição etária dos participantes, observa-se que a maioria dos respondentes está na faixa etária de 41 a 60 anos (51%), seguida pela faixa de 25 a 40 anos (36%). Isso pode indicar que adultos de meia-idade foram os mais afetados financeiramente pela pandemia, possivelmente devido a responsabilidades familiares e obrigações financeiras mais complexas. Em relação à situação profissional dos participantes, destaca-se que a maioria utilizou o auxílio emergencial para pagar alimentos essenciais (53%), enquanto 21% o direcionaram para dívidas pendentes e 19% para pagar contas básicas. Esses resultados evidenciam a importância do programa de auxílio emergencial como um suporte vital para atender às necessidades básicas dos indivíduos durante a crise.

A maioria esmagadora dos participantes (89%) relatou que o auxílio emergencial fez uma grande diferença em sua situação financeira, destacando a eficácia do programa em mitigar os impactos econômicos da pandemia. No entanto, é importante notar que 96% dos participantes contraíram novas dívidas decorrentes da pandemia, o que ressalta os desafios financeiros significativos enfrentados pela população durante esse período.

Quanto à busca por orientação financeira, apenas 34% dos participantes buscaram assistência, sendo a orientação de amigos ou familiares (74%) a fonte mais comum. Isso destaca a importância das redes de apoio social na gestão de finanças pessoais, mas também sugere a necessidade de promover a conscientização sobre recursos de orientação financeira profissional disponíveis.

Por fim, ao analisar as principais fontes de dívida durante a pandemia, observa-se que o cartão de crédito foi a mais prevalente (58%), seguido por empréstimos bancários (32%) e financiamentos (10%). Esses resultados indicam uma alta dependência de crédito de curto prazo para atender às necessidades financeiras imediatas, o que pode ter implicações de longo prazo para a estabilidade financeira dos indivíduos.

Em resumo, os resultados deste estudo destacam a importância do auxílio emergencial como uma medida eficaz para mitigar os impactos econômicos da pandemia, mas também evidenciam os desafios persistentes enfrentados pela população em relação ao endividamento e à gestão financeira. Essas descobertas têm implicações significativas para políticas públicas e programas de assistência financeira, que devem ser desenvolvidos levando em consideração as necessidades específicas daqueles mais afetados pela crise.

2086

5. CONCLUSÃO

O estudo sobre a gestão de finanças pessoais durante a pandemia de COVID-19 revela pontos de vista valiosos sobre o endividamento social e a eficácia do programa de auxílio emergencial. Observa-se que houve uma representação significativamente maior de mulheres na amostra, sugerindo a necessidade de investigações mais aprofundadas sobre como o gênero influencia a gestão financeira em tempos de crise. A predominância de participantes na faixa etária de 41 a 60 anos destaca que adultos de meia-idade enfrentaram desafios financeiros mais pronunciados, possivelmente devido a responsabilidades familiares mais complexas.

O auxílio emergencial provou ser crucial, com a maioria dos participantes utilizando-o para necessidades básicas, como alimentação e pagamento de dívidas e contas. Este programa foi vital para a maioria dos entrevistados, indicando sua eficácia em mitigar os impactos econômicos da pandemia. Contudo, o aumento significativo de novas dívidas (96%) entre os participantes ressalta os desafios financeiros contínuos enfrentados pela população. A busca por orientação financeira foi limitada, com apenas 34% dos participantes buscando assistência, principalmente através de amigos e familiares. Isso destaca a importância das redes de apoio social, mas também aponta para a necessidade de maior promoção e acesso a recursos de orientação financeira profissional.

A prevalência do uso do cartão de crédito como principal fonte de dívida durante a pandemia (58%), seguida por empréstimos bancários (32%) e financiamentos (10%), revela uma dependência significativa de crédito de curto prazo. Isso tem implicações importantes para a estabilidade financeira futura dos indivíduos afetados.

Em suma, os resultados deste estudo sublinham a eficácia do auxílio emergencial em enfrentar os impactos econômicos imediatos da pandemia, mas também evidenciam desafios persistentes relacionados ao endividamento e à gestão financeira. Estas descobertas são fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas e programas de assistência financeira mais direcionados, que levem em conta as necessidades específicas dos grupos mais afetados pela crise.

2087

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Devolução de Valores do Auxílio Emergencial COVID-19, 2020, disponível em : <https://devolucaoauxilioemergencial.cidadania.gov.br/devolucao>

CARDOSO, B. B.. A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 4, p. 1052-1063, jul. 2020.

GIL, Antônio Carlos. TIPOS DE PESQUIS, 2008

LUCCA-SILVEIRA, M. P.; BARBOSA, R. J.. O FUTURO DAS TRANSFERÊNCIAS DE RENDA NO BRASIL: DILEMAS EMPÍRICOS E NORMATIVOS PARA UM PROGRAMA PÓS-PANDEMIA E PÓS-AUXÍLIO EMERGENCIAL. *Sociologia & Antropologia*, v. 11, n. spe, p. 67-92, 2021

PRODANOV; FREITAS, metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico, UNIVERSIDADE FAVALE, 2013.

(RISCOS EMERGENTES NA ANÁLISE DE INVESTIMENTOS, Camila YAMAHAKI; Gustavo VELLOSO; Annelise VENDRAMINI 04/2021).

Ministério da cidadania disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br>

Auxílio emergência disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Paginas/home-caixa.aspx>

Marcelo Medeiros; Pedro H. G. Ferreira; Fabio Àvila, O topo da distribuição de renda no Brasil Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012)*, Universidade de Brasília (UnB).

ALMEIDA, W. DA S. DE . et al.. Mudanças nas condições socioeconômicas e de saúde dos brasileiros durante a pandemia de COVID-19. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 23, p. e200105, 2020.

COSTA, D. M.; MAGALHÃES, R.; CARDOSO, M. L. DE M.. Do Bolsa Família ao Auxílio Brasil: desafios e alcances a partir de uma pesquisa avaliativa baseada na teoria do programa. Cadernos de Saúde Pública, v. 39, n. 7, p. e00207922, 2023.

PERETTI, L. C. Educação Financeira: aprenda a cuidar do seu dinheiro. Paraná: Impersul, 2007.

D'AQUINO, COMO AS FAMÍLIAS UTILIZAM A EDUCAÇÃO FINANCEIRA, 2013.

BASTOS, R. Educação Financeira. 2010. Disponível em: <<http://www.agenciasebrae.com.br/noticia.kmf?canal=36&cod=9846088>> Acesso em: 19 out. de 2011. 2088

D'AQUINO, FREITAS, I. C. Função Social da Escola e a Formação do Cidadão. 2011. Disponível em: <http://democracianaescola.blogspot.com/2011/10/cabe-escola-formar-cidadaos-criticos.html> > Acesso em 19 out. de 2011.

FREITAS, A. L. A educação financeira e a inserção do jovem no mercado financeiro. Monografia. Universidade de Brasília: Brasília/DF, 2020.

D'AQUINO, C. Educação Financeira. Disponível <http://www.educacaofinanceira.com.br/>. Acesso em 30 out. 2021.

Ministério da Casa Civil. (2020, abril). Solicitar Auxílio Emergencial - Coronavírus (Covid-19). Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/abril/solicitar-auxilio-emergencial-de-r-600-coronavirus-covid-19>

BR/JUN 2021 • FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, (RISCOS EMERGENTES NA ANÁLISE DE INVESTIMENTOS, Camila YAMAHAKI; Gustavo VELLOSO; Analise VENDRAMINI 04/2021). disponível em: <https://periodicos.fgv.br/gvexecutivo/article/view/83958>

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de, Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico, 2ª Ed., Novo Hamburgo -

RS, Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo - ASPEUR Universidade Feevale, 2013. Disponível <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14do-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>, acesso em: 30/06/13.